

ANEXO

Progresso alcançado nas principais reformas estruturais

Esta tabela apresenta as medidas adoptadas no âmbito das recomendações efetuadas em Estudos Económicos anteriores. As recomendações apresentadas pela primeira vez neste Estudo são enumeradas no capítulo relevante.

Recomendações do Estudo Económico de 2014	Medidas tomadas desde 2014
A. Política orçamental	
Atingir os objetivos estruturais de consolidação orçamental, mas permitir o funcionamento dos estabilizadores automáticos.	Apesar de alguma derrapagem no que respeita aos objetivos, Portugal tem registado enormes progressos na redução dos défices públicos desde 2010.
Continuar a melhorar a eficiência do setor público, reduzindo ainda mais o número de funcionários públicos.	A redução do número de funcionários públicos foi revertida.
Reforçar a eficiência do sistema fiscal, incluindo através da eliminação de isenções e benefícios fiscais.	Os impostos sobre o consumo continuam a recorrer em larga medida a isenções e a taxas reduzidas, incluindo a redução da taxa do IVA recentemente introduzida para o setor da restauração.
B. Mercados financeiros	
Assegurar um reconhecimento atempado e coerente das perdas através da aplicação das orientações anteriores e continuar a incentivar os bancos na obtenção de capital, quando necessário, através da emissão de capital próprio e de lucros não distribuídos.	O elevado nível de crédito malparado existente continua a ser um problema para os bancos em Portugal. A capitalização dos bancos melhorou em termos não ponderados, mas os rácios de fundos próprios ponderados pelo risco estabilizaram em níveis significativamente abaixo dos da média da OCDE.
Avaliar o desempenho dos procedimentos de insolvência recentemente introduzidos e, se necessário, reforçar esses procedimentos.	Os planos recentemente anunciados para melhorar a flexibilidade e a coordenação dos credores do setor público nos processos de insolvência podem funcionar melhor, mas recomendam-se outras melhorias neste estudo.
C. Ambiente de negócios	
Reforçar a concorrência nos setores não-transacionáveis, através de um aumento da reforma regulamentar.	Nenhuma medida tomada. Existe evidência de que a concorrência é fraca nos não-transacionáveis, incluindo na energia e nas profissões liberais. No setor dos transportes, os planos para as subconcessões de transportes urbanos em Lisboa foram canceladas e serão agora transferidas para a autarquia, enquanto as programadas para o Porto foram proteladas. O Estado vai manter a participação maioritária na maior companhia aérea de Portugal, a TAP.
Antecipar a eliminação dos sistemas de produção de energia elétrica com preços garantidos.	Nenhuma medida tomada desde 2014.
Promover a negociação salarial ao nível das empresas, inclusive através da eliminação das extensões administrativas das convenções coletivas de trabalho.	As condições para as extensões administrativas das convenções coletivas negociadas foram flexibilizadas em 2014, o que pode conduzir a um ressurgimento destas extensões no futuro.
Melhorar as ligações existentes entre os investigadores das universidades e o setor privado. Ponderar a possibilidade de reembolsar créditos fiscais de I&D, ou prolongar o período de reporte.	Nenhuma medida tomada desde 2014.
D. Desigualdade e prestações sociais	
Reforçar a rede de segurança social e aumentar os níveis das prestações do regime de apoio de rendimento mínimo (RSI).	As alterações efetuadas em Portugal ao regime do rendimento mínimo garantido, que excluíram muitas crianças e jovens do programa e reduziram os pagamentos de transferências (mas que tiveram um reduzido impacto orçamental), foram recentemente revertidas. Esta reversão atenuará provavelmente a pobreza entre crianças e jovens no futuro.
Tornar as prestações de desemprego independentes da idade e reestruturar as condições de elegibilidade para alargar a sua abrangência.	Nenhuma medida tomada desde 2014.

Recomendações do Estudo Económico de 2014	Medidas tomadas desde 2014
E. Políticas do mercado de trabalho e do ensino	
<p>Continuar a expandir as políticas ativas do mercado de trabalho (PAMT) e monitorizar de perto o desempenho do programa.</p>	<p>Um maior recurso aos serviços digitais permitiu melhorias em termos de eficácia e uma maior capacidade de abranger os que não estão empregados, nem se encontram integrados no sistema de ensino ou formação profissional (NEET). A despesa em PAMT aumentou, apesar de a despesa por desempregado continuar a ser baixa. Foi elaborado um projeto de avaliação dos programas de PAMT, mas neste estudo mantém-se a recomendação de uma avaliação sistemática dos resultados do programa.</p>
<p>Aumentar a educação de adultos e os programas de regresso à escola com o intuito de ajudar os desempregados e as pessoas que têm a necessidade de adquirir qualificações relevantes.</p>	<p>O Governo lançou um novo programa, denominado QUALIFICA, que visa alargar a rede de centros de formação de adultos e abarcar uma maior percentagem da população adulta, elevar a participação na aprendizagem ao longo da vida, e garantir que o processo de certificação de competências baseada na experiência laboral inclui ensino ou formação formal. No Passaporte QUALIFICA serão registadas as qualificações formais e informais obtidas ao longo do tempo, constituindo assim uma base para oportunidades de formação modulares e flexíveis.</p>



From:
OECD Economic Surveys: Portugal 2017

Access the complete publication at:
https://doi.org/10.1787/eco_surveys-prt-2017-en

Please cite this chapter as:

OECD (2017), “Progresso alcançado nas principais reformas estruturais”, in *OECD Economic Surveys: Portugal 2017*, OECD Publishing, Paris.

DOI: <https://doi.org/10.1787/9789264269286-4-pt>

This work is published under the responsibility of the Secretary-General of the OECD. The opinions expressed and arguments employed herein do not necessarily reflect the official views of OECD member countries.

This document and any map included herein are without prejudice to the status of or sovereignty over any territory, to the delimitation of international frontiers and boundaries and to the name of any territory, city or area.

You can copy, download or print OECD content for your own use, and you can include excerpts from OECD publications, databases and multimedia products in your own documents, presentations, blogs, websites and teaching materials, provided that suitable acknowledgment of OECD as source and copyright owner is given. All requests for public or commercial use and translation rights should be submitted to rights@oecd.org. Requests for permission to photocopy portions of this material for public or commercial use shall be addressed directly to the Copyright Clearance Center (CCC) at info@copyright.com or the Centre français d'exploitation du droit de copie (CFC) at contact@cfcopies.com.